

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O aterro sanitário de Resíduos Industriais Banais localizado em Verdulho de Baixo, Castelo Branco, é explorado e gerido pela entidade Lena Ambiente II - Gestão de Resíduos, S. A. O aterro ocupa uma área de 15 hectares e tem uma capacidade instalada de 250 mil toneladas de resíduos durante 10 anos, isto é, 25 mil toneladas por ano.

Na sequência de notícias sobre a deposição de resíduos industriais perigosos no referido aterro – para os quais a entidade Lena Ambiente II - Gestão de Resíduos, S. A. não estará licenciada nem preparada para a sua receção –, e de suspeitas de ocorrência de escorrências líquidas de matéria perigosa para o rio Ponsul, afluente do rio Tejo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda solicitou três pedidos de visita às instalações daquela entidade.

O primeiro pedido de visita foi efetuado em julho de 2018, não tendo o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda obtido resposta por parte da entidade gestora do aterro. O segundo pedido foi solicitado em agosto de 2018, tendo-se verificado o mesmo resultado do primeiro pedido. À terceira tentativa, efetuada em janeiro de 2019, aquela entidade emitiu resposta, mas limitou-se a comunicar que qualquer informação sobre as atividades desenvolvidas na unidade de Castelo Branco deveria ser solicitada junto das entidades competentes, designadamente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Agência Portuguesa do Ambiente.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requereu também ao Governo (Requerimento 163-AC/XIII/3), em julho de 2018, uma cópia do último relatório de inspeção ao funcionamento do aterro sanitário de Resíduos Industriais Banais de Verdulho de Baixo, Castelo Branco. Em resposta àquele requerimento, o Ministério do Ambiente e Transição Energética transmitiu que o relatório se encontrava associado a um auto de notícia no qual constavam infrações detetadas durante a ação de inspeção realizada pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território em março de 2018. Contudo, o relatório de inspeção não foi disponibilizado pelo Ministério do Ambiente e Transição Energética, uma vez que a instrução do processo de contraordenação se encontrava em curso e, por isso, não havia ainda sido cumprido o dever de audiência e defesa dos arguidos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. O Governo confirma que o aterro de Resíduos Industriais Banais de Verdulho de Baixo, Castelo Branco, recebeu resíduos industriais perigosos?
 - 1.1 – Em caso afirmativo, que medidas foram tomadas pelo Governo e que procedimentos foram desenvolvidos para impedir a deposição futura de resíduos industriais perigosos naquele aterro?
2. O aterro de Verdulho de Baixo, Castelo Branco, recebeu resíduos de outros países nos últimos 5 anos?
 - 2.1 – Em caso afirmativo, que tipo de resíduos e qual a sua proveniência?
3. Que proporção da capacidade instalada de 250 mil toneladas de resíduos do aterro está neste momento completada?
4. Quais são as conclusões e resultados mais relevantes do relatório da inspeção ao funcionamento do aterro de Verdulho de Baixo, Castelo Branco?
5. Que infrações foram detetadas durante a ação de inspeção realizada pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, em março de 2018, e que originaram o auto de notícia associado ao relatório da inspeção?
6. Quais as ações de inspeção ao aterro programadas até ao final da presente legislatura?

Palácio de São Bento, 12 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

FABIÓLA CARDOSO(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)

NELSON PERALTA(BE)